



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
COLEGIADO DE PEDAGOGIA

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA COMO
ESTRATÉGIA PARA DISCUSSÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NO
ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

IMÁRIA RIOS BARRETO

SALVADOR

2023



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
COLEGIADO DE PEDAGOGIA

IMÁRIA RIOS BARRETO

Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do Profa. Dra. Rosemary Lapa de Oliveira. Componente obrigatório para a conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia.

SALVADOR

2023

AGRADECIMENTOS

Este trabalho tem gosto de gratidão a todos que ao longo de quase seis anos da minha graduação me possibilitaram construir a minha jornada acadêmica.

Gratidão a Deus, a oxalá meu pai.

Obrigada pela parceria Mariana, minha eterna dupla e minha querida Júlia.

Sou grata à Professora Rosy Lapa que aceitou orientar este trabalho, e pela inspiração no universo mágico das histórias.

A todos os professores da UNEB que foram pontes e até os que foram pedras.

A meu filho por ter entendido a minha ausência e por ter seguido pacientemente comigo nesse caminho.

Agradeço também à Equipe da Brinquedoteca Paulo Freire e ao projeto UNEB-parque que me permitiu contar tantas histórias.

A Alex que me motivou a continuar, mesmo com inúmeras dificuldades.

Obrigada Carolina Paiva, minha coordenadora que me permitiu materializar meus projetos, sempre me inspirando.

Obrigada Edneusa Menezes, por ter me ensinado tanto sobre a educação infantil e como o afeto é fundamental na vida das crianças.

A todas as professoras que ajudaram nessa pesquisa.

Este é um grande passo para o infinito.

Muito obrigada, AXÉ!

Na pedagogia da diversidade, a educação é vista como prática de liberdade, como um ato de amor, um ato político e, por isso, um ato de coragem (FREIRE, 1999)

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA COMO ESTRATÉGIA PARA DISCUSSÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

RESUMO

Com base nas reflexões cruciais sobre a implementação da Lei 10.639/03 como política pública de reparação histórica, este trabalho teve como objetivo geral: examinar as diretrizes curriculares estabelecidas pela legislação brasileira, direcionando o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições educacionais em prol de uma pedagogia antirracista, através de histórias com temas afro-brasileiros e africanos. O objetivo específico foi: refletir sobre a importância do respeito à diversidade nas relações étnico-raciais e discutir a cultura como elemento formador da sociedade brasileira e a importância do reconhecimento da população negra como sujeitos históricos ativos. A metodologia adotada foi qualitativa, envolvendo o preenchimento de um questionário por professoras da educação infantil e fundamental em Salvador e Candeias, Bahia. Os resultados revelaram desafios significativos na incorporação da literatura afro-brasileira e africana no cotidiano escolar. As barreiras incluem a ausência de interesse na adoção de literatura não eurocêntrica, ligada à familiaridade estabelecida com conteúdo eurocêntrico e resistência a mudanças em práticas pedagógicas consolidadas no sistema educacional. A literatura é reconhecida como um mecanismo formador de mentalidades sociais. Na pesquisa foi destacado a pouca ou a falta de preparo das docentes para abordar temáticas étnico-raciais, religiosas, históricas e culturais. A maioria das professoras conhece títulos popularizados, mas não se sente pronta para discutir a temáticas. A pesquisa também revelou um conhecimento parcial da Lei 10.639/03, com abordagens limitadas em datas comemorativas, como do dia 20 de novembro e o folclore. Para esse debate teórico foram usados autores como Gomes (2017), Sisto (2015), Schwarcz (2012), Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais (2004), a lei 10.639 (2003), entre outros documentos oficiais e autores. Os resultados destacam a resistência, desinteresse e desconhecimento por parte de docentes das redes pública e privada, tendo apenas um pequeno número engajado na execução de práticas, ressaltando os desafios na incorporação efetiva da Lei 10.639/03. Este estudo contribui para uma compreensão mais profunda dos obstáculos enfrentados, enfatizando a importância contínua da promoção de uma educação que valorize a diversidade e combata o racismo.

Palavras-chave: Contação de história. Lei 10.639/03. Literatura. Educação. Movimento Negro. Relações étnico-raciais.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2 RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA..... | 15 |
| 2.1 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS..... | 17 |
| 2.2 OS PERCURSOS DA LEI | 18 |
| 3 A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA | 21 |
| 3.1 A CONSTRUÇÃO DE UM EDUCADOR ANTIRRACISTA..... | 24 |
| 4. PERCURSO METODOLÓGICO..... | 26 |
| 4.1 MINHAS EXPERIÊNCIAS COM CONTAÇÃO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA | |
| 4.2 DESAFIOS E LIMITAÇÕES NA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO..... | 22 |
| 4.3. CENÁRIO E SUJEITOS DE PESQUISA | |
| 4.4 NOTÍCIAS DE DOCENTES E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA | |
| 5 CONCLUSÃO..... | 35 |
| REFERÊNCIAS..... | 37 |
| APÊNDICES..... | 39 |

1 INTRODUÇÃO

Sisto (2015, p.1) ressalta o papel crucial que contar histórias desempenha no desenvolvimento infantil. Desde os estágios iniciais da vida, percebe-se a influência positiva desse hábito, chegando ao ponto de alguns defenderem a eficácia de embalar bebês no ventre ao som da melodia da voz materna, enquanto conta histórias. Essa prática não apenas introduz a criança aos mecanismos narrativos, mas também estabelece desde cedo uma conexão íntima com o ato de contar histórias, reforçando laços emocionais e afetivos.

Tais ações, de fato, podem ser consideradas como estratégias intrínsecas para a formação dos leitores em potencial. Ao incorporar narrativas desde os primeiros momentos da vida, proporcionamos às crianças não apenas o acesso ao universo das histórias, mas também um ambiente enriquecido pela proximidade e afeto que o ato de contar histórias naturalmente envolve. (Sisto, 2015) Narra:

Sabemos que com todos os pontos e vírgulas, que contar histórias é extremamente importante e benéfico para as crianças, desde a mais tenra idade. Há quem afirme a eficácia de embalar os bebês, ainda no ventre, com a melodia da voz da mãe contando histórias, para familiarizar a criança desde aí, com os mecanismos narrativos, e com a a proximidade e o afeto que contar histórias envolve. Essas ações de certo modo, já fazem parte das estratégias para formação do leitor.

A interseção entre a literatura, a contação de histórias e as narrativas afro-brasileiras e africanas são fundamentais na construção de uma abordagem educacional enriquecedora e inclusiva, pois a literatura desempenha um papel crucial ao oferecer uma variedade de perspectivas e experiências, permitindo que estudantes se identifiquem com diferentes culturas e contextos. A contação de histórias, por sua vez, permite, de maneira dinâmica e lúdica, compartilhar conhecimento, amplifica o impacto da literatura ao envolver emocionalmente os ouvintes e criar conexões mais profundas com os temas abordados.

No contexto das histórias afro-brasileiras, essa abordagem torna-se particularmente relevante, proporcionando uma oportunidade para explorar a riqueza da cultura afrodescendente, rompendo os estereótipos e promovendo uma compreensão mais completa da diversidade cultural do Brasil. Através da

integração efetiva desses elementos, a educação pode transcender as barreiras eurocêntricas, promovendo uma apreciação mais ampla da pluralidade cultural e contribuindo para a construção de uma sociedade antirracista.

A contação de história através da literatura afro-brasileira me motivou a ser uma educadora antirracista. Ao vivenciar as práticas dessas narrativas, percebi a potência transformadora que as histórias têm em desafiar estereótipos, desconstruir preconceitos e promover uma compreensão mais profunda da riqueza cultural afrodescendente. Assim, ao usar a literatura afro-brasileira para contar histórias, percebi que elas vivenciam perspectivas historicamente negligenciadas. Essa ação inspirou-me também a assumir o compromisso de proporcionar aos ouvintes um ambiente educacional sensível e inovador, com as questões raciais.

A contação de histórias torna-se, assim, não apenas uma mediação pedagógica, mas uma expressão ativa de resistência e motivação a favor da promoção da igualdade. Esse encontro significativo com a literatura afro-brasileira motivou-me a buscar práticas educacionais que contribuam para a construção de uma sociedade em que as pessoas afrobrasileiras se vejam protagonistas, em que cada pessoa se sinta representada e valorizada a partir das histórias.

A partir das minhas vivências, ainda durante as aulas online, no período de isolamento social, pude pesquisar histórias com a temática e substituir a imagem dos antigos contos tradicionais por imagens e cenários afrodescendentes e africanos. Percebi que assim valorizava a cultura e desmistificava a ideia de que reis, rainhas, príncipes e princesas tinham apenas um fenótipo. Essa postura me motivou a criar também as minhas próprias histórias, mesmo que ainda timidamente.

Com a divulgação de vídeos e fotos nas redes sociais sobre o meu trabalho, o Serviço Social do Comércio (SESC) me fez um convite para contar histórias africanas em seu projeto no Youtube, intitulado SESC virtualidades, divulgando assim o meu trabalho como contadora de histórias afro-brasileiras. Essa motivação me fez acreditar que seria uma experiência valiosa

Tornei-me uma pesquisadora dessa literatura e, para além das histórias, comecei a buscar referências de brincadeiras e instrumentos musicais de

origem do continente africano, expandindo meu foco além das histórias para explorar também as ricas tradições das brincadeiras e instrumentos musicais originários do continente africano. Reconhecendo a importância desses elementos culturais na formação da identidade afrodescendente, busquei aprofundar minha compreensão sobre como incorporar essas práticas nos contextos da prática pedagógica e da contação de histórias.

Além de enriquecer o repertório pedagógico, essa pesquisa visa resgatar e valorizar as contribuições culturais africanas, promovendo uma pedagogia mais diversa ao explorar brincadeiras e instrumentos musicais, a diversidade cultural e estímulo à preservação e celebração das raízes africanas na sociedade brasileira.

Outro recurso para a valorização dos personagens negros foi conhecer as biografias de personalidades importantes e incluí-las e adaptá-las a contação de histórias. Tereza de Benguela, Dandara de Palmares e contemporâneos como Carolina Maria de Jesus, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Sônia Guimarães. Fui transformando suas lutas de heroísmos em pequenas histórias, adaptadas à ludicidade das narrativas orais, valorizando o protagonismo da mulher negra.

Com isso, criei o projeto Hoje é Dia de Historinha. Um canal do Youtube¹ no qual esporadicamente conto histórias. Entre elas, contos africanos e histórias da cultura afro-brasileira, com ele, tornei-me atuante em eventos de escolas privadas e públicas, instituições filantrópicas, Fundação Pedro Calmon-Secult-Ba e nas atividades do Projeto UNEB-Parque (Projeto que acontece aos domingos, na Universidade do Estado da Bahia- UNEB, aberto à comunidade).

O projeto me possibilitou criar, na escola em que eu já atuo como professora, uma nova perspectiva, incluindo e valorizando a literatura afro-brasileira e africana no cotidiano escolar da educação infantil, podendo compartilhar com outras professoras a importância de incluir a literatura e, sobretudo a literatura com referência negra no cotidiano escolar.

Atuo como consultora literária, fornecendo recomendações de livros de forma diversificada. Nas Bibliotecas Públicas, compartilho minhas sugestões através de vídeos postados em sites, direcionados ao público leitor. Já em

¹<https://youtube.com/@hojeediadehistorinha-imari9323?si=odMCX-iOFi2ej-Xr>

Bibliotecas e escolas privadas, realizo uma cuidadosa seleção de títulos abordando temas variados, indicando novas aquisições, conforme faixa etária e interesses específicos. Minha paixão pela diversidade literária me impulsiona a realizar essa atividade, sendo recomendada por amigos e pessoas que me encontram através das redes sociais ou dos contatos estabelecidos em instituições das quais fiz parte anteriormente.

Contribuir para promover o gosto pela leitura e o enriquecimento cultural não apenas representa o foco principal do meu trabalho, também é a grande motivação que impulsiona minha construção como profissional da educação. Portanto, sigo nos espaços em que estou inserida com desconstrução de uma literatura pensada para além do ponto de vista eurocentrado apenas, mas uma literatura motivada pelas tradições para que os povos oriundos da África e seus descendentes tenham seus mitos, contos e histórias contadas. Webb (2001, p. 251 Apud Ferreira, 2012 p. 11) afirma que:

Ajudar os professores a compreender suas próprias suposições e crenças sobre outros grupos raciais e étnicos têm um longo caminho no sentido de ajudar que os professores compreendam como sua forma de ensinar (prática pedagógica) pode ser melhor ajustada para atender as necessidades de todas as crianças.

Portanto, este presente trabalho parte das minhas inquietações pessoais, como uma mulher negra que um dia foi criança e que jamais se viu nos livros de literatura, nas figuras das princesas com seus cabelos longos e olhos semelhantes à cor do céu. Jamais podendo me sentir parte do universo lúdico das histórias, visto que nas narrativas ou tão pouco nos livros infantis as princesas se pareciam comigo.

Ingressei na escola pública no ano de 1994, era a antiga Primeira Série, hoje Primeiro ano do ensino fundamental. Vinda de uma educação infantil cursada em escola familiar, não fazia ideia do que as crianças não brancas vivenciavam dentro daqueles muros.

Era clara a preferência das professoras pelas crianças de pele clara e cabelo liso, de como que, quem não tinha as citadas características, eram tratadas com rispidez e castigos excessivos, muitas vezes, as crianças negras eram associadas a pouca inteligência. Da escola eram direcionados a mim e a outras crianças negras os apelidos mais desumanos, dolorosos e cruéis,

criados pelas próprias crianças e ignorados pelas docentes que desumanizavam as crianças negras, alimentando o racismo.

Os meus primeiros anos no ensino fundamental antecedem as leis 9.394/96, e a lei 10.639/03, assim, refletindo sobre a importância dessas leis para a mudança de mentalidades e no cenário menos excludente e desigual que afetam as crianças negras, percebo que a valorização da história dos nossos antepassados, o respeito à diversidade, a valorização das características estéticas é fator fundamental para que a criança negra se sinta parte do ambiente escolar e construam uma imagem positiva de si mesmas.

Ao longo de questionamentos vivenciados na atuação como professora e contadora de histórias, na cidade de Salvador e Candeias, na Bahia, pude perceber a notória ausência de referências da literatura negra no ambiente escolar. Durante a minha formação e posteriormente a minha prática, pude observar que as temáticas afro-brasileiras e africanas estavam aplicadas de forma pontual, apenas em determinadas datas comemorativas, gerando um desconhecimento e um despreparo das instituições educacionais, sejam elas públicas ou privadas, e de profissionais, gerando uma folclorização e reforço de estereótipos da figura dos afrodescendentes e africanos.

O currículo é um importante elemento da organização escolar. É elaborado para orientar os diferentes sistemas de ensino, ele deve ser elaborado de maneira que atenda à realidade local e regional de cada instituição, de forma que contemple os aspectos de saberes culturais, sociais e regionais de quem se deseja atender naquele contexto.

Pensando em um país com a identidade diversa, esse currículo se adapta variadamente nas suas construções, mas quando pensamos na influência da cultura afro-brasileira e africana, ela está presente quase de maneira unânime em todas as regiões, fomentando uma variedade de tradições, portanto precisa estar inserida de forma explícita na organização curricular da escola brasileira.

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio têm base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Quando pensamos no currículo e nas práticas educacionais antirracistas são fundamentais o conhecimento e o desenvolvimento de valores e condutas visando à formação de sujeitos orgulhosos de sua origem étnico-racial. Nesse sentido, é essencial ampliar as discussões sobre as questões afrocentradas, buscando entender e apresentar seus desdobramentos para os currículos mais inclusivos e criar condições favoráveis a todos.

No ambiente escolar, a discriminação racial causa impactos na autoestima e no desempenho escolar de estudantes negros, e cria impasses para a construção de identidades étnico-raciais positivas. São muitos os desafios para alcançar uma valorização efetiva dos grupos vulnerabilizados historicamente, no cotidiano das instituições, na política ou nas instituições acadêmicas. Referindo à perspectiva do antropólogo Kabengele Munanga sobre a definição de raça, pode expandir a ideia da seguinte forma:

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. (MUNANGA, 2004)

Na abordagem do currículo, emerge a necessidade crítica de questionar o papel do racismo e da discriminação, observando como os aparelhos ideológicos que desempenham um papel significativo na manutenção do status *quo* vem favorecendo o eurocentrismo.

Mesmo diante dos avanços em direção a um novo modelo de sociedade, é evidente que este ainda reflete interesses, concepções de mundo, representações sociais e identidades específicas de alguns grupos sociais. Nesse contexto, recai sobre outros grupos o peso da exploração e da dominação, alimentando as estruturas discriminatórias.

Apesar dos avanços conquistados, é inegável que o racismo permanece profundamente enraizado em nossa história e persiste como uma força influente em nossa sociedade contemporânea. Da mesma forma, o reconhecimento das experiências, vivências e contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros, assim como dos povos indígenas, foi sistematicamente invisibilizado ao longo de séculos na narrativa histórica do Brasil. Esse fenômeno não apenas distorce a compreensão do passado, mas também perpetua desigualdades e injustiças no presente. Tornar visíveis essas

histórias, valorizando as diversas vozes que moldaram e continuam a moldar nossa nação, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente de sua diversidade.

A construção dessa pesquisa trilha um caminho rumo às reflexões, mas também as sugestões, necessárias a ampliação dos debates e dos mecanismos norteadores da construção de um currículo antirracista a partir dos recursos lúdicos, da contação de história e do uso da literatura afrobrasileira.

Docentes, pesquisadores e profissionais da educação precisam promover a reflexão e o debate no cotidiano escolar, para provocar mudanças de atitude conscientes em relação ao preconceito racial. Para lutar contra o racismo, é necessário conhecer sua origem. Neste sentido, “a consciência histórica possibilita diferentes maneiras de refletirmos sobre nossa presença no mundo em que e com quem estamos.

A escola, assim, necessita contribuir na formação da consciência histórica, para que as pessoas negras e indígenas assumam seus lugares em todos os espaços negados historicamente.

A pesquisa que aqui é discorrida pretende elucidar como a contação de história afro-brasileira e africana pode ter papel estratégico na discussão das relações étnico-raciais no ensino infantil e fundamental. Busca especificamente como objetivo Geral: examinar as diretrizes curriculares estabelecidas pela legislação brasileira, direcionando o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições educacionais em prol de uma pedagogia antirracista, através de histórias com temas afro-brasileiros e africanos. O objetivo específico foi: refletir sobre a importância do respeito à diversidade nas relações étnico-raciais e discutir a cultura como elemento formador da sociedade brasileira e a importância do reconhecimento da população negra como sujeitos históricos ativos

Esta pesquisa é estruturada em seções que se desdobram ao longo do texto, com o propósito de aprofundar a compreensão sobre o papel da contação de histórias afro-brasileira e africana como estratégia para a discussão das relações étnico-raciais no ensino infantil e fundamental.

No decorrer da investigação, serão abordados aspectos cruciais, tais como relações étnico raciais: a luta pela construção da cidadania, educações para as relações étnico-raciais, os percursos da lei, a contação de história afro-

brasileira e africana na escola, construção de um educador antirracista, minhas experiências com contação de história afro-brasileira, minhas experiências com contação de história afro-brasileira, minhas experiências com contação de história afro-brasileira; a importância das narrativas étnico-culturais no currículo. Os impactos percebidos na conscientização dos alunos, a análise das práticas pedagógicas, além de possíveis desafios e oportunidades inerentes à implementação dessa abordagem.

Ao desmembrar a pesquisa em seções específicas, busca-se fornecer uma análise abrangente e detalhada sobre a eficácia dessa estratégia e suas implicações no contexto educacional, contribuindo para uma compreensão mais profunda e embasada sobre o tema.

No intuito de estabelecer um diálogo consistente e embasado na pesquisa, foram explorados diversos documentos oficiais que orientam a prática educacional, tais como a Lei 10.639/03, a Constituição Federal da República, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCMEIS), e a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, para fundamentar teoricamente a pesquisa, foram consultados renomados autores, incluindo Gomes (2017), Schwarcz (2012), Munanga (2004), Sisco (2015), Ferreira (2022), Filho (2006), entre outros. Essa abordagem documental e bibliográfica visa enriquecer a investigação, assegurando uma fundamentação teórica sólida e alinhada às diretrizes educacionais e perspectivas acadêmicas relevantes.

2 RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Conforme Filho (2006), O término da escravidão no Brasil não foi garantia de emancipação dos africanos escravizados e seus descendentes. Mesmo com a transição do trabalho escravo para o sistema de trabalho livre, foi mantido o regime escravista e senhorial sem que cessassem as antigas práticas.

Ainda segundo esse autor, com o advento da República, a partir de 1889, o Estado brasileiro desejou apagar o legado da escravidão, vigente por mais de 300 anos no país, através de um projeto regulador de condutas e marginalização de práticas comuns aos afrodescendentes.

A luta pela cidadania seguiu pós-abolição, não houve inserção social dos libertos à sociedade brasileira, apesar da liberdade ter sido atestada judicialmente, as desigualdades raciais foram estabelecidas e incorporadas à sociedade. Essa luta de negros e negras passou a assumir um formato na construção da cidadania e permeia toda a história.

No final dos anos 1980, relata ainda, os movimentos sociais foram importantes mecanismos para a reivindicação dos direitos. O reconhecimento da cultura e da história representou um apelo social fundamental para que o Movimento Negro surgisse e se articulasse a questões étnico-raciais, como: o negro no mercado de trabalho, na política e na universidade, assim como a garantia de direitos básicos como saúde, acesso à educação básica e políticas de combate ao racismo. De acordo com Gomes (2017, p. 33)

É possível dizer que até a década de 1980 A luta do Movimento, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, seus discursos suas reivindicações começaram a mudar

Esses saberes emancipatórios, frutos do engajamento e resistência da comunidade negra sob a condução do Movimento Negro, representam uma poderosa resistência à pedagogia reguladora e conservadora. Ao explorarmos criticamente esses saberes, não apenas adquirimos conhecimento, mas mergulhamos em uma compreensão profunda dos novos processos de produção de conhecimento no contexto educacional. Essa abordagem não se limita a desafiar, mas constrói novas

estradas para o conhecimento, apontando-nos na direção do rompimento com paradigmas estabelecidos e impulsionando a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e transformadora.

2.1 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) refere-se a um conjunto de práticas educacionais e políticas públicas que visam promover o respeito à diversidade étnico-racial, combater o racismo e valorizar a cultura e história afro-brasileira no contexto educacional. O objetivo principal da ERER é promover a valorização da diversidade étnica e cultural presente na sociedade, combatendo o preconceito e a discriminação racial, e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como versam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, no qual o Ministério da Educação, comprometido com a pauta de políticas afirmativas do Governo Federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro.

Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensinos, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destinam-se, também, as famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com o sistema de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática (Brasil, 2004)

O exercício dessas ações são garantias de estabelecer um novo modo de desenvolvimento com equidade. É desafiador, mas necessário aplicar de forma que valorize a riqueza étnico-racial e cultural. Em consonância com essa diretriz, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentro de suas competências gerais, traz alguns pontos nas discussões das relações étnico-raciais são eles:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018 p. 9-10).

Introduzir a história afro-brasileira e africana no ensino infantil e fundamental, por meio da contação de histórias e literatura específica, representa uma estratégia fundamental para a abordagem das relações étnico-raciais nesses níveis educacionais. Essas iniciativas são essenciais para estimular o interesse dos alunos na aprendizagem sobre as ricas culturas africanas e afro-brasileiras, para valorizar a estética negra, através dos elementos contidos nas histórias, ampliando o repertório sobre temas afro-brasileiros e africanos. Além disso, busca-se promover o estímulo à construção de identidades culturais, proporcionando oportunidades reflexivas para que estudantes possam explorar e compreender suas próprias heranças culturais. Essa abordagem inclui também o incentivo à valorização das contribuições afro-brasileiras para a formação da identidade nacional. Paralelamente, a valorização da diversidade étnica é central nesse contexto, visando fomentar o respeito e a apreciação pela multiplicidade de etnias presentes na sociedade brasileira. Assim, ao integrar essas estratégias, busca-se não apenas enriquecer o repertório cultural, mas também contribuir para a construção de uma perspectiva mais inclusiva e consciente sobre as relações étnico-raciais na educação infantil e fundamental I.

2.2 OS PERCURSOS DA LEI

Conforme Gomes (2017), o Brasil, Colônia, Império e República, tiveram historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. O decreto nº1.331, de 17 de fevereiro de 1854, por exemplo, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e

a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores.

Segundo o autor, a decreto nº7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas para impedir o acesso pleno dessa população à escola.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil buscou efetivamente uma solução para isso, na condição de Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana. Contudo, apenas a constituição não foi suficiente para garantir a igualdade de acesso, permanência e a reformulação de um currículo escolar que incluísse de forma positiva a história dos afrodescendentes, mantendo assim as disparidades na educação. Para a Constituição Federal (Brasil, 1987):

Definidos no artigo 5º da Constituição Federal, os direitos e deveres individuais e coletivos estabelecem que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Segundo (Gomes, 2017, p. 33), dentre as diversas ações do Movimento Negro, na segunda metade dos anos de 1990, destaca-se a realização da “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela “Cidadania e a Vida”, em Brasília, no dia 20 de novembro. Como resultado, foi entregue ao Presidente da República da época Fernando Henrique Cardoso, o “Programa para superação do racismo e da desigualdade étnico-racial”. Neste a demanda por ações afirmativas já se fazia presentes.

A culminância do projeto aconteceu no ano 2000 como afirma (Gomes, 2017, p.34), como é consenso entre os pesquisadores foi marcante a participação do Movimento Negro durante a III Conferência Mundial Contra o racismo, a discriminação Racial, a Xenofobia e Formar Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2001, em Durban, África do Sul.

Conforme (Gomes, 2017, p.34) o Estado brasileiro reconheceu internacionalmente a existência do racismo em nosso país e se comprometeu a

construir medidas para sua superação. Entre elas, as ações afirmativas na educação e no trabalho.

Instituições como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003, foram criadas, em várias universidades públicas passaram a adotar medidas de ações afirmativas como forma de acesso, em especial às cotas raciais. Gomes (2017) narra que:

Foi também no início do terceiro milênio que uma demanda educacional do Movimento Negro desde os anos de 1980 foi finalmente contemplada. Em 2003 foi sancionada a lei 10.639/03, incluindo os artigos 26-A e 79-B da LDB e tornando obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos Fundamental e médio.

Movimento Negro reivindicou a reformulação da imagem do negro nos livros didáticos, pois apareciam sempre associados apenas à escravidão e sem protagonismo.

Sendo assim, a Lei 10.639/03, representa um marco significativo na legislação educacional brasileira, pois alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, desempenhou um papel crucial na consolidação de propostas educacionais mais inclusivas e sensíveis à diversidade cultural do Brasil.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (BRASIL, 2003).

A lei é de tamanha importância que estabelece nacionalmente uma mudança curricular de maneira oficial e obrigatória do ensino de História e Cultura afro-brasileira e dá outras providências em que estabelecimentos de ensino oficiais e privados precisaram incluir o conteúdo programático da

história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a contribuição do negro na área social, econômica e política. Assim como incluiu o dia 20 de novembro no calendário como “O Dia Nacional da Consciência Negra”, dia que deve ser lembrado como marco de luta pela equidade racial.

O Movimento Negro lutou pela inclusão dessa mesma reintegração histórica nos livros didáticos e paradidáticos da educação básica, auxiliando docentes sobre a temática, visto que as mudanças na política nacional do livro didático são lentas.

Não é apenas o livro o transmissor de estereótipos, contudo é ele que, pelo seu caráter de “verdadeiro”, pela importância que lhe é atribuída, pela exigência social do seu uso, de forma constante e sistemática logra introjetar na mente das crianças, jovens e adultos, visões distorcidas e cristalizadas da realidade humana e social. A identificação da criança com as mensagens dos textos concorre para a dissociação da sua identidade individual e social (Silva, 1995, p. 48)

É notório que os livros didáticos desempenham um papel crucial na formação da visão de mundo das crianças e jovens, e a falta de representatividade adequada pode contribuir para a construção e perpetuação de estereótipos prejudiciais. O livro didático é muitas vezes considerado uma fonte autoritária de conhecimento, pois, na maioria das vezes é o único livro da casa. Sua autoridade é reforçada pelo sistema educacional e pela sociedade em geral. Portanto, é vital que esses materiais transmitam representativas e informações equilibradas.

3 A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA

Eduardo Duarte (2008), em seus escritos em Literatura afro-brasileira: um conceito em construção, aponta três critérios para definir a literatura afro-brasileira: temática, autoria e ponto de vista. Nessa perspectiva, a temática está imbricada em temas relacionados à negritude, o afrodescendente expõe suas experiências por vieses individuais ou coletivos. O segundo eixo, autoria, objetiva-se uma escrita afro identificada e por fim, ponto de vista que apresente uma perspectiva que represente a história e tradições africanas.

Na literatura, ao longo da história, a ausência de personagens negros ou a sua marginalização nas histórias infanto-juvenis acarretou, de fato, sérias consequências no imaginário, criando uma realidade distorcida e preconceituosa, contribuindo assim para a sustentação de uma ordem desigual. Em muitas narrativas, a figura que o negro ocupa é inexpressiva, submissa ou passiva. Conforme Gouvêa (2005, p.86), a figura do negro era descrita como “a negra “Velha, a preta velha, o preto velho, ou aparecia crianças negras que partilhavam, mesmo que numa posição social servil, o cotidiano das crianças brancas”.

A literatura é muito importante para a sociedade, visto que ela possibilita a transmissão de valores e normas. Ela também contribuiu para a manutenção de tradições estereotipadas, que acabam legitimando o imaginário social racista. Segundo Schwarcz (2012), foi publicado em 1912, no Brasil e em 1937 na Inglaterra, a primeira edição de um livro de contos infantis cujo tema central é muitas vezes o mesmo: como uma pessoa negra pode tornar-se branca. Um dos contos era “A princesa Negrinha”.

Esse autor descreve essa história como uma mistura de grandes clássicos europeus, como, A Bela e a Fera, Branca de Neve e a Bela adormecida. Aliado também a histórias bíblicas. Nessa narrativa, o conto descreve o castigo de um casal real, que teriam desejado muito uma filha, porém essa princesa teria nascido “preta como carvão”, transformando-a em uma pessoa isolada aos olhos de todos, visto que a cor da pele estaria associada a um grande castigo. A história se desenvolve na busca pelo branqueamento da pele, concedida à princesa no final da história. “Eu, agora

perdi todas as esperanças de me tornar branca” (Schwarcz, 2012, p.10) lamentava a princesa.

No grande desfecho da história, conforme a autora, desde que o Brasil é Brasil, ou melhor, quando era ainda uma América Portuguesa, o tema da cor nos distinguiu. Assim como os primeiros viajantes que destacavam a beleza da natureza paradisíaca, mas lamentava a estranheza de nossa gente. Segundo Castilho (2004, p. 104)

A figura do negro na Literatura Brasileira anterior a 1850, antes da abolição do tráfico de escravos, era praticamente inexistente. Existem dois fatores que podem afirmar esse silenciamento, mas que, mesmo assim, não justificam por completo. O primeiro diz respeito à opinião de alguns escritores da época, que não consideravam os escravos, os negros, como seres humanos, o segundo é em relação ao público leitor, a quem a escrita se dirigia.

Os escritores precisavam do apoio dos senhores de escravos ou dependiam do amparo das instituições escravocratas, isto é, como Suely Dulce de Castilho (2004, p.104) aponta: os escritores “estavam do lado dos opressores e não poderia dar atenção aos oprimidos”.

Além disso, os negros, na época da escravidão, não eram letrados, sendo pouquíssimos os casos de exceção à regra, portanto, não havia preocupação no sentido de escrever a uma população que não consumiria suas produções literárias.

Quando pensamos na literatura como mecanismo norteador da sociedade, refletiremos sobre a literatura de Monteiro Lobato, escritor popular e que ainda nos dias de hoje, enfeita estantes. Valorizado, tem uma data comemorativa para si e suas narrativas. Seus livros foram popularizados ao longo de toda a história brasileira, celebrado como o pai da literatura Infantil, o escritor de clássicos que hoje fazem parte do Domínio Público tem nas suas narrativas a constante presença de elementos racistas, não se tratando apenas de uma aventura infantil pelo universo rural, mas de mecanismos formadores da sociedade que determinam que pessoas afro-brasileiras estejam apenas nos locais de subserviência e visivelmente reproduzindo a condição de pessoa escravizada, nos moldes do seu tempo. Em Histórias de Tia Nastácia, Lobato (1937, p.26) narra:

- Pois cá comigo – disse Emília – só aturo estas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto

nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e até bárbaras - coisa mesmo de negra beçuda, como Tia Nastácia. Não gosto, não gosto, e não gosto!

[...]

– Bem se vê que é preta e beçuda! Não tem a menor filosofia, esta diaba. Sina é o seu nariz, sabe? Todos os viventes têm o mesmo direito à vida, e para mim matar um carneirinho é crime ainda maior do que matar um homem. Facínora!

Na literatura, a pele negra estava relacionada a maldições, evidenciando o racismo evidente nos livros infantis que circulavam desde a primeira república até boa parte do século XX.

Outros personagens vítimas do racismo literário de Lobato foi o Tio Barnabé que é relegado ao longo da história de maneira secundária, representando a classe negra servil e trabalhadora; o Saci Pererê, coadjuvante de Pedrinho, que pratica ações que as crianças não deviam fazer

Percebemos que o racismo presente na educação formal distinguia as crianças brancas das crianças negras, também no cotidiano escolar e nas formalidades que disfarçava a negação desse direito. As crianças negras que menosprezam sua identidade não se vêem representadas sem muitos espaços, inclusive o literário, quando a sua história e imagem são associadas apenas à escravidão abordada nos livros didáticos. O papel da literatura afrobrasileira é ocupar esse espaço transgressor.

3.1 A CONSTRUÇÃO DE UM EDUCADOR ANTIRRACISTA

Pensando na formação docente, nos cursos de licenciatura, depois de instituídas as leis foram inseridos componentes com a temática étnico-racial. Nas escolas públicas foram criadas formações continuadas e inclusão do 20 de novembro como data comemorativa nos calendários escolares para “(...) compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas [de] lidar positivamente com elas e, sobretudo, criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las” (Brasil, 2013, p. 8).

E o que é necessário para se tornar um professor antirracista?

Pensando nos novos percursos no que tange à formação do educador, a aplicação da lei 10.639/03 é de muita relevância para a educação brasileira. Existe uma grande necessidade de docentes tratarem de forma comprometida a temática. Para a sua aplicação, é necessário se tornar um grande pesquisador, conhecendo a história de lutas para além do contexto escravista e pós-abolição. É preciso conhecer os cenários de luta construídos ao longo da história e as políticas adotada pelos diversos movimentos sociais. Afinal, as pautas das entidades negras, além das lutas contra o racismo e a discriminação, tiveram a questão educacional como essencial.

Dentre todas as violências que a população negra tem sido exposta ao longo da história, a exclusão do sistema educacional é um dos mais cruéis e com consequências que interferem severamente no futuro de muitas gerações.

Um sistema que foi desfavorável puniu a população negra, mantendo a desigualdade no sistema educacional. O que se vê na atualidade é a necessidade da formação de profissionais com pauta em uma educação antirracista, que articule um conjunto de ações que busquem legitimar o alcance da lei.

A precarização do ensino, o aviltamento salarial são desafiadores e muitas vezes desmotivam os docentes no exercício e na busca por aprimoramento. As jornadas de trabalho desfavoráveis e diversas questões são de fato um desafio para os profissionais, mas o educador antirracista é um elemento fundamental para a mudança social, desde a formação inicial e até a continuada.

Contudo, para pensar o ensino das relações étnico-raciais é preciso que toda comunidade escolar esteja envolvida e pensem juntos como introduzir uma literatura antirracista no cotidiano escolar

As histórias fazem parte do cotidiano escolar de forma que se pode dizer que ouvir histórias contribui muito para o processo de letramento. As narrativas fazem parte da prática docente em diversos momentos da práxis pedagógica. As crianças se sentem tão familiarizadas com as histórias, contando, recontando ao seu modo, elegendo seus personagens preferidos, se posicionando sobre os fatos narrados e construindo suas memórias.

Objetivamos descrever a relação entre a contação de história e a relação que a criança faz consigo mesma; explicitando a situação identitária das

crianças de descendência afro a partir da história contada, estabelecendo *relação entre a história e as suas construções identitárias*.

Combater um currículo escolar eurocêntrico é necessário, e a formação docente é essencial para a reformulação do currículo escolar, para que seja incluída de forma positiva a história dos afrodescendentes, mitigando, assim, as disparidades na educação.

A docência tem um papel muito importante na contextualização dessa temática, pois é um trabalho que precisa ser feito diariamente, mesmo com os percalços vividos na educação, visto que as mudanças na política nacional do livro didático são lentas e que a hipervalorização de determinadas disciplinas, sucumbem esse trabalho diário.

A contação de histórias que envolva essa temática é uma das ferramentas que poderá possibilitar essa contribuição, visto que inclui a construção de identidades, combate ao racismo e a intolerância religiosa.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

As reflexões decorrentes desta escrita acadêmica despertaram o interesse em compreender de forma mais aprofundada a prática pedagógica docente na educação infantil e no ensino fundamental, provenientes de instituições diversas, sejam públicas ou privadas. O cerne dessa investigação centra-se na compreensão da metodologia adotada por esses educadores na promoção das relações étnico-raciais no contexto cotidiano escolar.

O amparo nas reflexões assentou-se em discussão teórica sobre a literatura afrobrasileira e na lei 10.639/03, até chegar aos caminhos percorridos que é de fato a pesquisa com as professoras.

Primeiramente, apresento minhas experiências (na subseção seguinte) com a contação de histórias afro-brasileiras em instituições variadas como órgãos públicos, instituições privadas e na minha prática pedagógica como professora da educação infantil em uma escola privada no Bairro da Barra, em Salvador Bahia, (atualmente como professora do grupo 5, mas realizando contação de histórias para toda a educação infantil, regularmente).

Ao envolver toda a educação infantil na prática de contar histórias, contribui-se para a formação de crianças mais conscientes e culturalmente sensíveis. O grupo 5 é uma fase crucial no desenvolvimento das crianças, e introduzir histórias que reflitam a diversidade cultural do Brasil é uma maneira significativa de expandir suas perspectivas desde cedo.

A diversidade de instituições, públicas e privadas, sugere distintos contextos educacionais. Compreender as práticas em ambientes variados enriquece a compreensão das abordagens adotadas.

O foco nas relações étnico-raciais destaca o compromisso em compreender como docentes integram aspectos relacionados à diversidade racial em suas práticas pedagógicas, nessa perspectiva da adoção da literatura e a contação de histórias.

O desenvolvimento dessa pesquisa envolveu, assim, um mergulho direto no campo educacional, permitindo através da produção de informações, uma valiosa compreensão das dinâmicas existentes nas salas de aula.

A pesquisa adotou uma abordagem etnográfica qualitativa, utilizando um método indutivo para construir hipóteses que justificassem a importância da abordagem à temática das relações étnico-raciais no cotidiano escolar.

4.1 MINHAS EXPERIÊNCIAS COM CONTAÇÃO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA

A escola na qual atuo como professora, escola da rede privada de Salvador, localizada no bairro da Barra, idealizou para o segundo semestre de 2023, um Projeto voltado para literatura, denominado: Quem conta, reconta, faz de conta, com o objetivo de tornar a literatura parte da rotina das crianças, incentivando a produção de histórias autorais e vivências com a literatura existente.

Foi dado às professoras autonomia de adotar os livros que quisessem utilizar ao longo do projeto. Dentre os livros selecionados para o grupo 5, estavam: O Pequeno Príncipe Preto, do autor Rodrigo França (2020) baseado no antigo clássico infantil, mas que com muita delicadeza e com formato de conto, fala da importância de construir laço de afeto, companheirismo e aceitação às diferenças.

O livro ressalta aspectos do universo afro-brasileiro, como ancestralidade, ubuntu e características físicas como o nariz, os olhos, os cabelos e as vestimentas referências de estampas africanas, assim como a importância da árvore Baobá.

As crianças do grupo 5, ficaram encantadas com o livro, que foi lido ao longo de 5 dias, após cada leitura, realizávamos algumas atividades de referência, como: com papel marrom, vermelho e amarelo recriar o Pequeno Príncipe Preto, sempre abordando suas características, cabelo: formato e cor, formato do nariz e da boca, buscando a narração do protagonista sobre si mesmo.

Pesquisamos sobre o Baobá e de como ela é importante para as populações africanas.

Outra atividade realizada também foi utilizando um globo e localizando o continente africano, e trazendo a curiosidade de quanto o continente era grande e com países diversos em línguas, religiões e culturas.

Surgiram nas crianças diversos questionamentos, principalmente com o significado de palavras das quais antes elas nunca haviam ouvido: ubuntu, oxum e ancestralidade. O livro ao mesmo tempo em que cita, explica de maneira muito delicada cada significado.

A leitura desse livro foi uma linda vivência para todos nós. As crianças são em sua maioria brancas, tendo apenas um colega negro na turma (ausente durante a execução da atividade).

O Menino da pele azul, dos autores, Frederico Brito e Thais Evangelista (2019), narra de maneira poética o dia em que um menino se descobre “azul”, é uma referência lúdica para uma cor de pele diferente dos demais, um livro questionador e que faz crítica ao racismo. Quando o menino se vê olhado de maneira negativa e se envergonha da sua cor, por isso, ele busca o acolhimento do amigo que diz não se importar com sua cor e que isso pouco importa para a amizade dos dois. Ao pensar em mudar de cor e sem sucesso, o menino vai buscar junto ao avô entender por que ele é daquela cor.

As crianças acharam a ilustração do livro muito bonita, pudemos, através da narrativa, falar das nossas próprias cores e refletir sobre as demais características que nos diferem (cabelo, traços e a cor). O livro também trata de genética e da vinda dos africanos para o Brasil.

Como atividades, puderam escolher a cor que quisessem ser e o cabelo que gostariam de ter, em uma ilustração, surgiram às cores mais improváveis: Desenhos laranja com cabelo azul, cor rosa com cabelo amarelo, preto com cabelo verde.

Dessa atividade surgiram falas muito magníficas e observações como: “somos diferentes por fora e iguais por dentro”. “Eu sou marrom e meu cabelo é cacheado”, “a pró é marrom bem clarinho”, “a vizinha do meu prédio tem cabelo crespo também e ela faz penteados bem bonitos”.

A literatura afrobrasileira desempenha um papel fundamental na construção de uma base sólida para a compreensão e aceitação da diversidade.

Através da contação de histórias, é possível proporcionar momentos de diversão e aprendizado, mas também promove uma maior apreciação das ricas tradições culturais afro-brasileiras.

4.2 DESAFIOS E LIMITAÇÕES NA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

Durante a etapa da pesquisa que consistiu no questionário com docentes da educação básica, diversos desafios foram enfrentados. Embora algumas professoras tenham demonstrado receptividade em participar da entrevista e responder ao questionário, a captação dos dados não ocorreu sem obstáculos. Notadamente, houve casos de recusas e não devolução do questionário, mesmo com a garantia explícita de que as informações pessoais permaneceriam confidenciais.

O questionário foi originalmente projetado para ser aplicado a 15 docentes, mas, infelizmente, apenas 11 participaram da pesquisa. A recusa de algumas professoras pode estar associada à natureza sensível da temática, refletindo possíveis resistências ou negações em relação às questões étnico-raciais, vale ressaltar que o maior número de questionários foi distribuído na instituição pública, no qual alguns profissionais recusaram-se a responder.

As questões semiestruturadas foram impressas em folhas de ofício A4 e distribuídas entre as participantes, que foram solicitadas a responder no prazo de dois dias antes do recolhimento. Esta estratégia buscou equilibrar a necessidade de respostas rápidas com a complexidade inerente à temática em discussão.

Embora a pesquisa tenha alcançado a participação de 11 educadoras, é essencial reconhecer que a não participação de todos os 15 inicialmente planejados pode impactar a representatividade dos resultados. A recusa e não devolução dos questionários destaca a complexidade envolvida na abordagem das relações étnico-raciais, revelando a necessidade contínua de discussões e reflexões nesse âmbito.

O questionário explorou percepções sobre questões raciais no ambiente educacional, considerando suas experiências em relação ao contexto literário.

4.3. CENÁRIO E SUJEITOS DE PESQUISA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa para explorar aspectos subjetivos de fenômenos sociais e comportamento humano. Esse método permite uma compreensão aprofundada dos contextos específicos em que os fenômenos ocorrem, considerando tempo, local e cultura.

O estudo foi conduzido nas cidades de Salvador e Candeias, na região metropolitana de Salvador. Na escola da rede pública, em Candeias, foram distribuídos 10 questionários, porém apenas 07 professoras preencheram e devolveram o questionário, o qual era autoexplicativo, no qual eu como pesquisadora me identificava e justificava do que a coleta de dados se tratava.

Na Escola da Rede Municipal da Cidade de Candeias, as docentes que responderam à pesquisa são integralmente todas do sexo feminino, funcionárias efetivas da rede municipal, que atuam entre 7 e 25 anos como docentes, atuando nos seguimentos da creche, pré-escola e educação fundamental.

As quatro professoras da escola privada que participaram da pesquisa são da cidade de Salvador, são dos seguimentos Creche e pré-escola, atuando no ensino privado entre 10 e 25 anos, graduadas em nível superior no curso de pedagogia e todas são do gênero feminino.

Optei pela confidencialidade na divulgação do nome das escolas por se tratar de dados sensíveis e para evitar causar entre as profissionais que voluntariamente se dispuseram a me ajudar quaisquer preocupações ou mal-estar. Seus nomes também serão salvaguardados e as informações serão tratadas de forma quanti-qualitativamente, conforme apresentado abaixo em gráficos.

4.4 NOTÍCIAS DE DOCENTES E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A análise das informações produzidas foi tratada de forma qualitativa, utilizando técnicas de codificação temática. As respostas foram categorizadas para identificar padrões e tendências. A pesquisa foi conduzida em conformidade com princípios éticos, incluindo consentimento informado e garantia de anonimato para participantes. Analisaremos as informações

referentes à pesquisa, a partir das informações obtidas e disponibilizadas nos gráficos que se seguem.

Gráfico 1



Gráfico elaborado pela pesquisadora

Gráfico 2

Você sabe o que versa a lei 10.639/2003?

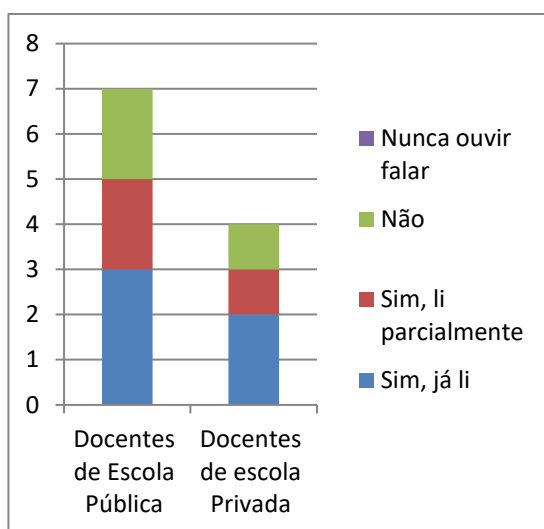


Gráfico elaborado pela pesquisadora

No questionamento sobre a relação de conhecimento da Lei 10.639/03 a maioria tanto de professoras da rede públicas e privadas, afirma saber do que versa a lei, mas em ambas as categorias, algumas docentes não conhecem ou conhecem parcialmente a respeito, aponta a pesquisa.

Você adota livros de Literatura afro-brasileira na sua rotina?

Gráfico 3

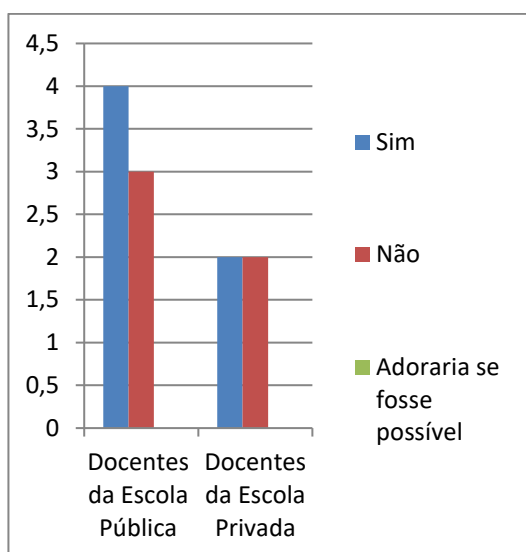


Gráfico elaborado pelo pesquisador

Você se sente preparada para abordar questões étnico-raciais (religiosas históricas e culturais)?

Gráfico 4

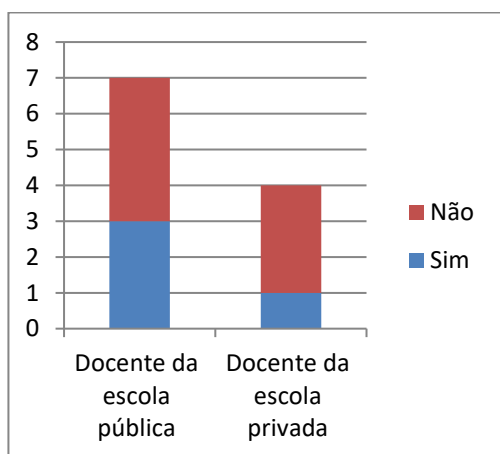


Gráfico elaborado pela pesquisadora

A análise do gráfico revela que, em relação à pergunta sobre a preparação para abordar questões étnico-raciais, religiosas, históricas e culturais, a maioria das docentes tanto da escola pública, quanto privada, expressou sentir-se não preparada para discutir tópicos dessa natureza. Essa afirmação destaca a tendência observada no gráfico em relação à falta de

preparação percebida por participantes para lidar com debates envolvendo questões étnico-raciais, religiosas, históricas e culturais.

Costuma usar a temática afro-brasileira em algum momento específico?

Gráfico 5

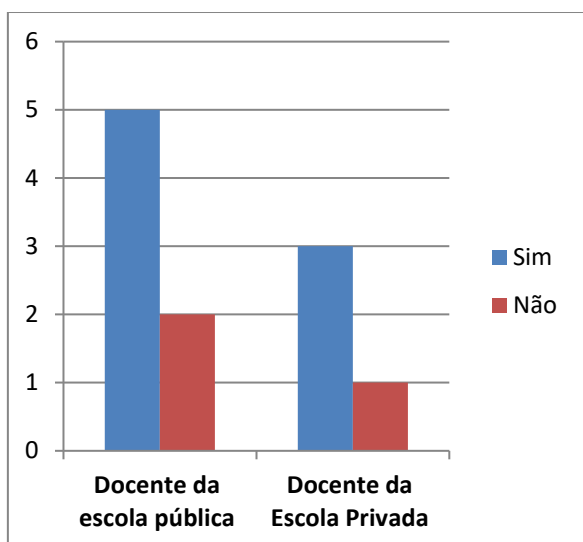


Gráfico elaborado pela pesquisadora

Com base nas informações fornecidas, a maioria das docentes afirmam que utilizam a temática afro-brasileira em suas práticas em algum momento oportuno, mas quase que unânime foi citada esse momento como dia da Consciência Negra e folclore, apenas 1 educadora afirmou usar as narrativas afro-brasileiras de forma regular em sua rotina de aulas, em bate-papos, rodas de conversas e histórias.

Refletindo sobre o gráfico 5 e o que suas afirmações destacam é possível perceber que, uma mudança nas práticas pedagógicas é necessária para garantir uma representação mais abrangente e inclusiva da temática afro-brasileira nas escolas.

Dentre os livros apontados como recomendações pelas professoras que fizeram parte da pesquisa e costumam usar a literatura na sua prática, foram citados Amoras, do escritor Emeilda; O Pequeno Príncipe Preto, de Rodrigo França; O Cabelo de Lelê', de Valéria Belém; Menina Bonita do Laço de Fita', de Ana Maria Machado (citado duas vezes); e 'Betina', de Nilma Lino Gomes. Vale notar que algumas pessoas indicaram ter lido mais de dois livros,

refletindo um interesse e engajamento potencial em explorar diversidade étnico-racial por meio da literatura infantil.

5 CONCLUSÃO

A contação de histórias afro-brasileira e africana, como estratégia central desta pesquisa, emerge como eixo norteador que entrelaça de maneira sinérgica aspectos fundamentais da literatura, cultura e diversidade. Ao abordar as relações étnico-raciais no contexto do ensino infantil e fundamental, a contação de histórias revela-se não apenas como um recurso pedagógico, mas como uma mediação vital para a construção de uma educação mais inclusiva e consciente. Esse recurso transcende a mera transmissão de conhecimento, tornando-se um meio poderoso para fomentar a apreciação da diversidade, instigar a reflexão crítica e promover o respeito mútuo. Assim, a contação de histórias não apenas enriquece o repertório literário, mas se configura como uma ponte sólida para o diálogo intercultural, contribuindo de forma significativa para o fortalecimento dos alicerces de uma educação que valoriza e celebra a pluralidade de identidades e culturas.

Ao perseguir os objetivos específicos dessa pesquisa, buscamos refletir sobre a importância do respeito à diversidade nas relações étnico-raciais, conforme questões discutidas na seção 2 e discutir a cultura como elemento formador da sociedade brasileira e a importância do reconhecimento da população negra como sujeitos históricos ativos, através das discussões na seção 3. Dessa abordagem é fundamental valorizar a estética negra, através de elementos inseridos na literatura afro-brasileira e africana. Assim, consideramos importante inserir, no cotidiano escolar, livros e história orais com os temas afro-brasileiros e africanos, para expandir o repertório sobre a África e o Brasil, para conhecimento e valorização da temática.

O objetivo geral com esta pesquisa foi examinar as diretrizes curriculares estabelecidas pela legislação brasileira, direcionando o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições educacionais em prol de uma pedagogia antirracista, através de histórias com temas afro-brasileiros e africanos. Nesse sentido, buscamos contribuir para a efetivação de uma educação antirracista, reconhecendo que somos educadores formadores de sujeitos. Sendo assim, é indispensável que trabalhemos diante de um histórico de negação das referências afro-brasileiras no contexto educacional, no

sentido de visibilizar essas referências para a efetivação de uma educação antirracista. Para que isso se concretize como um novo ideal, é crucial que a equipe pedagógica das instituições educacionais assuma o compromisso de integrar as pautas étnico-raciais no cotidiano escolar. Esse processo demanda uma constante busca por qualificação, por meio de formações continuadas e debates, desafiando as resistências ainda presentes.

O enfrentamento desse desafio é essencial para instaurar práticas inovadoras e assegurar a efetivação da legislação vigente. A Lei 10.639/03 representa um marco significativo ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, mas sua implementação enfrenta obstáculos que demandam a superação de resistências arraigadas.

A inserção das temáticas afro-brasileiras no ambiente escolar não é apenas uma questão legal, mas sim uma busca por uma educação que reconheça e valorize a inestimável influência da cultura africana e afro-brasileira na formação da identidade nacional. Essa valorização não se limita ao conteúdo curricular, mas permeia a construção de ambientes inclusivos e respeitosos, no qual a diversidade é não apenas tolerada, mas celebrada.

Em última análise, enfrentar os desafios para incorporar efetivamente as pautas étnico-raciais no contexto educacional não apenas promove a igualdade, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa, na qual a riqueza da diversidade é reconhecida como um patrimônio a ser cultivado por toda a comunidade escolar.

Esta pesquisa me ajudou no processo formativo docente, possibilitando-me oferecer insights valiosos para minhas futuras mediações, contribuindo significativamente para a reflexão sobre práticas educacionais mais inclusivas e culturalmente sensíveis. Essa construção impactou de maneira positiva o meu desenvolvimento profissional, na busca por proporcionar aprendizagens significativas e com sentidos no que tange à literatura e as demais ações.

A conscientização das lacunas e desafios revelados a partir da pesquisa que eu posso agregar com os conhecimentos construídos na prática de outros professores, sugerindo, compartilhando e promovendo atividades que inspirem a diversidade. Mas o fundamental é incorporar práticas de promoção de igualdade educacionais mais inclusivas, orientando decisões em níveis institucionais e governamentais.

Em resumo, a pesquisa ora apresentada, versando sobre o uso de histórias afro-brasileiras entre os professores não apenas fornece insights cruciais para aprimorar as práticas educacionais, mas também contribui para a construção de uma educação mais equitativa, diversificada e culturalmente sensível e, por isso, antirracista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 200 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 de julho de 2023

BRASIL. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Brasil. Lei 10.639 de 09 jun. 2003.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei nº. 9.394. 1996"O negro na literatura brasileira" em:<https://brasilecola.uol.com.br/literatura/a-representacao-negro-na-literatura-brasileira.htm>: Acesso em:15 de outubro de 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº: CNE/CP 003/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: portal. Mec, gov.br/documentos/cnecp_003.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

CASTILHO, Suely Dulce. A Representação do Negro na literatura Brasileira. Novas Perspectivas, v.7 nº01, 2004.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores. R Educ. Públ. Cuiabá, v.46, p.275-288, maio/ago. 2012

FILHO, Walter Fraga. Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006. ISBN 85-268-0741-2, 368 p.

FRANÇA, Rodrigo. O pequeno Príncipe Preto/ Rodrigo França; ilustração Juliana Barbosa Pereira. -1.ed- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020. 32 p. il;28 com.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017

LOBATO, Monteiro. *Histórias da Tia Nastácia*. Edição integral. São Paulo: Círculo do livro, por cortesia dos herdeiros de Monteiro Lobato e da Editora Brasiliense, S.A, s/d [1ª edição: 1937].

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. . Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SISTO, Celso. A Arte de contar histórias e sua importância no desenvolvimento infantil. <https://pt.slideshare.net/rofisi/a-arte-de-contar-histrias-celso-cisto>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I

COLEGIADO DE PEDAGOGIA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa:
A educação étnico-racial e sua aplicação no cotidiano escolar. Essa pesquisa será aplicada Pela Sra. Imária Rios Barreto, pesquisadora dessa temática.

A pesquisa fará parte do trabalho monográfico Com o título: **A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA COMO ESTRATÉGIA PARA DISCUSSÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL. É uma pesquisa qualitativa, de tipo etnográfica, no entanto as suas informações como nome e local de trabalho ou residência não serão divulgados**

- 1- O Senhor (a) Autoriza a divulgação dos dados obtidos
- () Sim
- () Não

- 2- Qual o seu email:
- 3- Você é Professor (a)
 Sim
 Não
- 4- Atua na educação
 Pública
 Privada
- 5- Você sabe do que versa a lei 10.639/2003?
 Sim, já li
 Sim, mas li parcialmente
 Não
 Nunca ouvi falar
- 6- Você costuma usar a literatura no cotidiano escolar?
 Sim
 Não
- 7- Costuma Você mesma selecionar os livros que costuma ler?
 Sim
 Não
- 8- Você adota livro de literatura afro-brasileira na sua rotina?
 Sim
 Não
 Adotaria se fosse possível
- 9- Costuma usar a temática afro em algum momento específico
 Sim
 Não
Pode dar exemplo? _____
- 10-Você se sente preparado (a) para abordar questões étnico-raciais (religiosas, históricas e culturais)
 Sim
 Não

11-Qual livro com a temática étnico-racial para crianças você já leu ou indicaria?

() Nunca Li

() Não me recordo

() Sim, _____(título).

() Nunca li, mas pretendo ler.